



Senado recebe sugestão contra violência em manifestações

Secretário de Segurança do Rio de Janeiro quer proibição de máscaras em proposta que tipifica crime de desordem. Senadores podem transformar o texto em projeto de lei

Proposta recebida ontem pela Comissão de Constituição e Justiça pretende evitar situações como a que resultou na morte do cinegrafista da TV Bandeirantes. O secretário de Segurança fluminense, José Mariano Beltrame, entregou documento negando que uma eventual

lei seja usada para prender manifestantes.

Relator da Comissão de Segurança Pública, Pedro Taques recebeu o texto observando que manifestação é direito garantido nos regimes democráticos. Antes de apresentar o relatório, ele vai analisar a lei espanhola na qual se ampara a sugestão. **3**



Senadores Pedro Taques (E) e Vital do Rêgo (2º à esq.) explicam proposta entregue ontem ao Senado por Beltrame (3º à esq.)

Gerardo Migeola/Agência Senado



Procuradora da Mulher, Vanessa Grazziotin (de verde) coordenou reunião de ontem da campanha Mulher, Tome Partido

Gerardo Migeola/Agência Senado

Senadoras e deputadas cobram cota nas eleições

Bancada feminina no Congresso busca incentivar a filiação de mulheres a partidos, cobra o cumprimento da cota mínima de 30% de candidatas e quer ampliar a representatividade legislativa. **2**

Projeto torna crime hediondo a exploração sexual de menor 5

Comissão pedirá mais mutirões carcerários no país **4**

Renan: desonerar remédios é uma prioridade **6**

Aprovada norma para comissão de comerciários **6**

Volta à pauta texto sobre dívida dos estados **8**

Obras com verba federal poderão ser cadastradas

Projeto foi aprovado na CI e segue para votação final na CAE. Os dados de obras executadas com verba pública, mediante convênios ou contratos de repasse, devem ficar disponíveis no Portal da Transparência. Intenção é conter desperdícios por corrupção ou má gestão. **7**



João Zimiclar/Unicamp

Está na hora de você ampliar seus conhecimentos. Sem pagar nada por isso.

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, oferece a você vários cursos gratuitos a distância. Em 2014 serão 46 opções, 19 delas com tutoria.

Matrículas a partir de 18 de fevereiro
www.senado.leg.br/ead



Secom | Criação e Marketing

Bancada feminina cobra respeito a cota nas eleições

Senadoras e deputadas buscam formas de estimular a participação da mulher na política e de ampliar a representatividade legislativa. Ministério Público pune legendas que descumprem cota mínima de 30%

O INCENTIVO AO aumento da participação feminina na política e o receio de diminuição no número de mulheres parlamentares foram questões debatidas ontem por senadoras, deputadas e representantes do Executivo e do Judiciário em reunião da campanha Mulher, Tome Partido.

A campanha, iniciativa conjunta do Senado e da Câmara, foi lançada em setembro com o objetivo de incentivar a filiação feminina. Segundo a procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o foco agora é minimizar as dificuldades de acesso das mulheres à política, conscientizá-las sobre a importância da representatividade feminina e garantir maior número de candidaturas.

Vanessa lembrou que a minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), aprovada no ano passado, prevê campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para incentivar a participação feminina. A senadora disse que já falou sobre o assunto com o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio.

A vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, informou que o Ministério Público vem punindo alguns partidos pelo pouco espaço cedido a mulheres. Hoje, a cota legal é de pelo menos 30% de vagas. Segundo Ela, muitos partidos têm usado “mulheres fantasmas” só para cumprir a cota.

Cartilha de incentivo

A subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Vera Soares, informou que a secretaria pretende lançar dia 18 de março, no Congresso, uma cartilha de incentivo à participação feminina na política. Vera considera essencial a presença de homens deputados, senadores e candidatos no dia do lançamento. Segundo ela, pesquisa do Ibope revelou que oito em cada dez brasileiros acreditam que deveria ser obrigatória a participação paritária de mulheres e homens nas Casas Legislativas.

Para a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), a briga

prioritária da bancada feminina deve ser buscar a aprovação da PEC 590/2006, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que garante a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado e de cada comissão.

Erundina reconheceu o esforço do governo e da bancada feminina no Congresso, mas admitiu que há pouco impacto concreto na construção de maiores espaços políticos para as mulheres. Na análise da deputada, os avanços podem não ocorrer pelo distanciamento das mulheres eleitas com os movimentos sociais.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) criticou a “onda de conservadorismo” que pode comprometer a luta da mulher por maior participação.

De acordo com a deputada Iara Bernardi (PT-SP), as candidaturas femininas costumam ter as condições mais precárias. Ela cobrou mais ações do governo e lembrou que os partidos precisam apoiar essas candidaturas, inclusive financeiramente.

Rolleberg critica discurso de Dilma e pede debate profundo

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) criticou ontem o discurso feito pela presidente Dilma Rousseff no aniversário de 34 anos do PT, comemorado na segunda-feira. Rolleberg afirmou que, nas declarações, a presidente perdeu a oportunidade de elevar o nível do debate político.

O senador lamentou que Dilma tenha usado o termo “cara de pau” para se referir aos que discordam do governo, já que, segundo ele, o Brasil não é o país das maravilhas e, portanto, cabe um debate político sobre os problemas recentes.

— Estamos vivendo o maior período de democracia da história brasileira. Não podemos de forma nenhuma desqualificar os adversários que pensam de forma diferente. Isso é mais grave quando essa desqualificação parte da presidente da República.



Pedro Franco/Agência Senado

Vanessa diz que é preciso avançar nas mudanças do país

É hora de aprofundar as mudanças iniciadas no país há uma década, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora registrou a realização, no fim de semana, de reunião da direção nacional do PCdoB para discutir a posição a ser adotada no processo político eleitoral deste ano.

Para Vanessa, o atual governo, apoiado pelo PCdoB, foi responsável por grandes avanços na área social. Ela acredita, no entanto, que é possível fazer muito mais.

Segundo a senadora, será um retrocesso se um candidato da oposição for eleito. Ela afirmou que “a batalha será dura”, já que setores da sociedade afirmam que o país está à beira de um abismo, apesar de os índices sociais e econômicos mostrarem o contrário.

— Mais de 50% da população brasileira com carteira de trabalho assinada, contra 39% em 2003, e inflação em declínio são números positivos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Recursos para fundo estudantil

14h A pauta do Plenário continua trancada pela medida provisória que destina R\$ 2,2 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

PRESIDÊNCIA Posse de ministro no TSE

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 19h, participa da posse do ministro do STF Gilmar Mendes como ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral.

CRA Cadastro Ambiental Rural

7h45 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate a implantação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural e a integração entre o governo federal e os estados para a aplicação desse instrumento, previsto no Código Florestal brasileiro.

CDH Homens pelo fim da violência contra as mulheres

9h Audiência interativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discute a contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres na sensibilização do público masculino para o enfrentamento à violência doméstica e familiar.

CRE Programa de Desenvolvimento de Submarinos

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza audiência sobre o Programa de Desenvolvimento de Submarinos e a produção do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear. Entre os convidados, está o almirante de esquadra Gilberto Roffé Hirschfeld.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h45, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Genaldino Menezes/Agência Senado



Vanessa Grazziotin (C), entre Iara Bernardi, Ela Wiecko, Jô Moraes e Luiza Erundina, defende campanha de incentivo pelo TSE

Homenagem às mulheres será no dia 25 de março

O Senado realiza em 25 de março, às 11h, sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, na qual serão agraciadas as cinco vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, na 13ª edição.

Requerimento nesse sentido, lido pelo primeiro-vice-presidente, Jorge Viana (PT-AC), foi aprovado ontem em Plenário.

Em 2014, receberão o diploma a secretária da Mulher de Pernambuco, Cristina Buarque; a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Arantes; a presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, Magnólia Rocha; a ex-deputada estadual da Bahia Zezé Rocha; e a presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe, Maria Lygia Maynard.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz homenageia mulheres que atuam na defesa de causas femininas e em questões de gênero. A premiação é entregue anualmente durante as atividades relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Senado e TCU se reúnem por governança pública

Representantes da Diretoria-Geral do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU) reuniram-se ontem para discutir o aperfeiçoamento das práticas de governança pública. O encontro faz parte de parceria que envolve também órgãos do Executivo, como a Controladoria-Geral da União e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Estudo do TCU e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o fortalecimento da governança pública indica a necessidade de criação de rede de entidades de fiscalização superior. E, como resultado da estruturação de políticas de governança, o trabalho prevê planejamento estratégico nacional integrado, gestão de prioridades de políticas públicas, coordenação efetiva das ações e estruturas orçamentárias de médio prazo com foco em resultados, entre outras consequências positivas.

Ao final dos trabalhos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá propor um pacto nacional pela governança pública.

Secretário de Segurança do Rio de Janeiro argumenta que ideia é organizar e garantir protestos populares. Taques, que vai avaliar a proposta, ressalta que manifestação é um direito democrático



Pedro Taques e Vital do Rêgo recebem a proposta de José Mariano Beltrame na Comissão de Constituição e Justiça

Senado recebe proposta que tipifica crime de desordem

COM O OBJETIVO de prevenir violência em manifestações, como a que resultou na morte do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, entregou ontem ao Senado um projeto destinado a definir o crime de desordem. A proposta proíbe o uso de máscaras e o porte de armas, além de objetos que possam causar lesões.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), entregou o documento a Pedro Taques (PDT-MT), relator da Comissão de Segurança Pública. Taques disse que ainda vai ler o texto, mas observou que manifestação não é crime, sendo um direito garantido nos regimes democráticos.

Pelo projeto, quem praticar

desordem em local público, agredir ou cometer ato de violência contra qualquer pessoa, destruir, danificar ou invadir bem público ou particular ou bloquear vias públicas pode ser condenado a pena de dois a seis anos de prisão. A pena será aumentada para oito anos se os manifestantes usarem substância inflamável ou explosiva, saquearem o comércio ou usarem meios de comunicação, incluindo a internet, para divulgar o protesto.

Vandalismo

A proposta de Beltrame inclui no Código Penal a punição, com seis anos de prisão, para associação de três ou mais pessoas para a prática de desordem, vandalismo ou qualquer forma de violência durante concentrações populares. Beltrame negou que

a polícia vá usar essa eventual lei para prender qualquer manifestante.

— Para prender pessoas, está tudo claro na Constituição. O que estamos querendo é organizar as manifestações e garantir as manifestações. Mas tudo que se quer é ordem.

Taques explicou que antes de apresentar o relatório vai analisar a lei espanhola na qual se ampara o projeto para prever o tipo penal de desordem.

— Vou buscar a comparação entre a legislação espanhola que trata do crime de desordem e a da associação para a prática de desordem para que eu possa efetivamente apresentar o projeto. A manifestação é um direito constitucional. Não seriam o presidente da CCJ e eu que proibiríamos isso — ponderou o senador.



Pedro França/Agência Senado

Armando Monteiro quer votar definição de crime de vandalismo

Armando Monteiro (PTB-PE) informou anteontem que requereu urgência ao projeto de autoria dele que caracteriza o crime de vandalismo e estabelece penas de 4 a 12 anos de prisão (PLS 508/2013).

A proposta, que está na Comissão de Constituição e Justiça, também prevê multa para quem participar de ato coletivo de destruição, dano ou incêndio de imóveis, veículos e equipamentos urbanos.

— Já chega de tratar marginal como herói romântico. Os responsáveis pela morte do cinegrafista são assassinos, bandidos, facínoras, e não simples manifestantes ou militantes. Merecem punição rigorosa e célere — concluiu.

Para Viana, tipificação de terrorismo não pode cercar protestos

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que a tipificação do crime de terrorismo não entrou em pauta por causa da morte do cinegrafista Santiago Andrade. Ele ressaltou que uma das propostas foi apresentada por Pedro Taques (PDT-MT) a partir dos debates sobre a reforma do Código Penal. Outra (PLS 499/2013) chegou a constar da pauta, mas foi retirada para a busca de consenso.

Para Viana, o projeto não pode ser usado para cercar protestos. Ele explicou que a Constituição garante o direito de manifestação, mas proíbe o anonimato, e considerou inaceitável a presença de pessoas mascaradas e armadas nos protestos.



Pedro França/Agência Senado

Cristovam critica texto por inibir a manifestação popular

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou desacordo com o PLS 499/2013, que define crimes de terrorismo.

Para ele, o trecho mais problemático é o que considera como terrorismo a simples provocação e a infusão de atos que provoquem pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa à vida ou mediante dano a bem ou serviço social.

Esse entendimento, diz, revela irresponsabilidade diante da obrigação da classe política de defender os movimentos e os direitos sociais.

— Isso vai trazer a inibição total das manifestações. Que pai vai deixar que um filho vá se ele pode ser acusado de terrorismo? — indagou.



Pedro França/Agência Senado

Paulo Davim vê proposta sobre terror como "AI-5 da Copa"

Paulo Davim (PV-RN) considera inaceitável que grupos organizados se aproveitem dos protestos para fazer baderna e destruir o patrimônio público. Ele disse que, agora, esses grupos já têm uma morte: a do cinegrafista Santiago Andrade.

— Este país não pode ser apenas de direitos. Precisamos cobrar os deveres de todos para ir às ruas reivindicar, que é legítimo, mas não se pode, em hipótese alguma, transgredir a ordem pública, destruir bens públicos e privados.

Ele também declarou-se contra o projeto que define o crime de terrorismo:

— Não aceitamos que o Senado aprove um AI-5 da Copa — disse.



Pedro França/Agência Senado

Projeto restabelece legislação da ditadura militar, diz Randolfe

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou ontem que o projeto que define o crime de terrorismo restabelece a legislação da ditadura militar com o objetivo de criminalizar os movimentos sociais em nome dos lucros da Copa do Mundo.

O PLS 499/2013 tipifica como terrorismo o ato de provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à privação da liberdade de pessoa.

— Uma passeata de sem-terra não pode ser considerado ato terrorista, é retroceder em direito que custou sangue, suor e lágrimas do povo brasileiro. Reeditem a Lei de Segurança Nacional, da ditadura. É mais fácil — afirmou.

Ao ser indagado sobre um suposto financiamento de manifestantes por partidos políticos, Randolfe disse que a denúncia tem de ser apurada.

Comissão de Direitos Humanos questiona texto antiterrorismo

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadores manifestaram apreensão em relação ao projeto que tipifica o crime de terrorismo (PLS 499/2013). Os parlamentares elogiaram a decisão dos líderes partidários de adiar a discussão da proposta e concordaram em subscrever requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para que a questão passe pela CDH.

Segundo Paim, criou-se um falso debate em torno da votação do projeto sobre terrorismo após a morte do cinegrafista Santiago Andrade. Uma das maiores preocupações dos senadores é evitar que protestos possam ser enquadrados como atos de terrorismo.

— O que aconteceu com o cinegrafista foi hediondo, mas fizeram confusão — afirmou Paim.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), sob o pretexto de condenar a morte do cinegrafista, estão querendo acabar com o direito das

pessoas de se manifestarem.

— Não foi um atentado contra a imprensa. Podia ter sido uma policial ou um manifestante — avaliou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) classificou o texto como o AI-5 da Copa, em alusão ao ato institucional que no regime militar tirou importantes direitos do cidadão brasileiro. Na opinião de Randolfe, o objetivo do projeto é criminalizar as manifestações populares.

— Não precisamos de uma lei antiterrorismo. O direito de manifestação tem que ser preservado — afirmou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o projeto pode representar um retrocesso para a democracia. A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), concordou que a proposta precisa ser examinada pela comissão antes de passar por votação em Plenário. Ela sugeriu a realização de uma audiência pública para apurar a violência contra jornalistas.



Ana Rita sugere uma audiência pública sobre violência contra jornalistas

Lia de Paula/Agência Senado

Apesar das desistências, Mais Médicos é um sucesso, diz Humberto

A desistência de alguns médicos inscritos no Programa Mais Médicos, entre os quais cinco cubanos, não significa que a iniciativa do governo não seja um sucesso. Essa foi a avaliação feita ontem pelo senador Humberto Costa (PT-PE).

O número, segundo ele, representa menos de 1% do total de médicos que aderiram ao programa. Para o senador, que é líder do PT, a comemoração das desistências por parte da oposição mostra que alguns políticos não estão em sintonia com os anseios e as necessidades da população.

Pesquisa revela que 80% dos brasileiros apoiam a iniciativa do governo, disse o senador, ao lembrar que até agora 6.600 médicos fazem parte do programa.



Programa já abrange 22 milhões de brasileiros, informa Humberto

Raupp faz apelo por vítimas de enchente em Porto Velho

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou solidariedade às famílias atingidas, em Porto Velho, pela enchente do Rio Madeira, cujas águas subiram 17,10 metros além do normal nos últimos dias. De acordo com ele, já são 72 famílias desabrigadas na região, mas, caso o índice histórico de 17,57 metros, de 1977, seja ultrapassado e se atinja a marca de 18 metros, o número de famílias desabrigadas pode chegar a 500.

Diante da possibilidade de a enchente no Rio Madeira piorar nos próximos dias, Valdir Raupp fez um apelo à Defesa Civil nacional para que desloque técnicos para auxiliar a defesa civil local e a Prefeitura de Porto Velho, a fim de formular um plano de ação específico para atender os desabrigados.



Valdir Raupp diz que nível do Rio Madeira causa apreensão às famílias

Relatório de diligência feita por delegação de senadores na Penitenciária de Pedrinhas foi debatido na Comissão de Direitos Humanos, que recomendou novas ações para enfrentar o problema das prisões



Os mutirões carcerários promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça ajudam a combater a superlotação em presídios

Comissão quer mutirões carcerários e revisão de leis

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) quer reuniões com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para discutir a situação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. Esses são dois dos encaminhamentos aprovados pelo colegiado após avaliar o relatório sobre a visita dos senadores ao local.

Com Cardozo, os senadores pretendem debater propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional que podem contribuir para melhorar as condições dos presídios.

Na visita ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os parlamentares vão pedir a execução de novos mutirões carcerários, que se baseiam em dois eixos: a garantia do devido processo legal, com a revisão de regimes penais de presos definitivos e provisórios, e a inspeção nos estabelecimentos prisionais.

“O crime organizado está fora do controle estatal e a sua retomada [do controle estatal] certamente exigirá uma conjugação de esforços

do Congresso, do Judiciário, do Ministério Público, das defensorias públicas, do governo federal e dos governos estaduais”, diz a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES), no relatório.

A CDH vai enviar dois ofícios à governadora do Maranhão, Roseana Sarney. No primeiro, os senadores pedem que sejam organizados concursos públicos para agentes penitenciários e para defensores públicos. No segundo, requerem informações sobre o projeto de medidas emergenciais adotado pelo governo para tentar resolver a crise do sistema penitenciário.

A comissão quer detalhes sobre os processos relativos a mortes ocorridas em presídios do estado desde 2008 e informações sobre a investigação do paradeiro de Ronalton Silva Rabelo, preso desaparecido desde abril de 2013.

Divergências

Durante a apreciação do relatório, os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Lobão Filho (PMDB-MA)

apresentaram divergências. O senador maranhense disse que antes de dar atenção à situação dos presidiários, a comissão deveria se preocupar com os trabalhadores que hoje estão reféns da violência.

— Gostaria de dar esse novo enfoque para que possam contribuir com [o combate] à criminalidade. Tenho certeza que não vai ser se preocupando com os marginais em primeiro lugar que vamos conseguir isso — afirmou.

Após o comentário, Randolfe disse que Lobão tem uma visão equivocada sobre direitos humanos.

— Vossa exposição é uma compreensão equivocada do que são direitos humanos. Direitos humanos são de todas as pessoas. Também apresenta uma visão equivocada do que seja segurança pública. A função da penitenciária é ressocializar. Fora disso é barbárie — afirmou o parlamentar pelo PSOL.

Em resposta, Lobão Filho afirmou que os presidiários estão no “fim da fila dos direitos humanos”.

Senadores criticam proposta de fusão de comissões

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senadora Ana Rita (PT-ES), criticou ontem a proposta de unir o colegiado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A fusão é prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 17/2009, que trata da reforma do Regimento Interno do Senado.

A fusão dos colegiados foi sugerida pelo relator, Lobão Filho (PMDB-MA), para tentar resolver o problema constante de falta de quórum nas comissões. No texto, Lobão propõe a redução de 11 para 9 comissões permanentes e a diminuição significativa das subcomissões. Ana Rita defende a manutenção da CDH.

— Tenho dúvidas se outras comissões darão conta dos debates e do trabalho realizado pela CDH — ponderou a senadora, que recebeu o apoio dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Wellington Dias (PT-PI).

Inácio Arruda defende diálogo com os sem-terra

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou ontem à Agência Senado que Executivo e Legislativo precisam dialogar permanentemente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O senador esteve com integrantes do movimento durante a marcha pela reforma agrária realizada em Brasília ontem. Os sem-terra cobram mais empenho dos parlamentares em favor da desconcentração da terra. Houve confronto entre a polícia militar e integrantes da marcha na Praça dos Três Poderes. Trinta policiais e dois manifestantes ficaram feridos.

Para Inácio Arruda, o movimento tem razão quando se queixa da maioria de ruralistas do Congresso. Ainda assim, ele garantiu que há parlamentares trabalhando em favor da agricultura familiar e das cooperativas.

O senador lembrou que está em tramitação a MP 636/2013, que facilita a quitação de dívidas de assentados da reforma agrária, e se comprometeu a tentar incluir sugestões dos sem-terra no texto.

Paim elogia lei que prioriza adoção de criança com deficiência

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) saudou a Lei 12.955/2014, que dá prioridade aos processos de adoção de crianças que têm deficiência ou alguma doença crônica, como a diabetes.

Ele disse que a nova lei, sancionada na semana passada pela presidente Dilma Rousseff, vai ajudar muitas das 8 mil crianças brasileiras nessa situação e que esperam adoção.

— Há um tempo, diziam que a preferência eram brancos de olhos azuis, depois negros e, por fim, as pessoas com deficiência. Quem tem esse gesto nobre, quem adota uma criança com algum tipo de deficiência, com certeza, terá que ter, como diz a lei, prioridade absoluta na tramitação — acrescentou o senador.

Paulo Paim também informou que já está pronta para exame no Plenário sua proposta de emenda à Constituição que inclui, entre os deveres fundamentais do Estado brasileiro, combater todo tipo de preconceito. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Walter Pinheiro agradece à equipe do Hospital Ana Nery

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) agradeceu aos médicos, enfermeiros e funcionários do Hospital Ana Nery, de Salvador, pelo tratamento prestado a uma pessoa de sua família — Sofia — considerada por ele como segunda mãe.

Referindo-se especialmente ao diretor-geral da instituição, dr. Francisco Reis, Walter Pinheiro elogiou o grande esforço que tem sido feito no hospital para oferecer à Bahia um atendimento médico com o mesmo padrão de qualidade disponível em grandes centros.

Walter Pinheiro informou ainda que é no Hospital Ana Nery que anualmente faz o check-up de saúde. O hospital, segundo o senador, é referência na área de diálise e de cirurgias cardíacas pediátricas, tendo avançado recentemente na área de transplantes renais.

O senador comunicou ainda que deve ir ao Ministério da Saúde na próxima semana para cobrar a liberação de emendas do Orçamento de 2013 que beneficiam o Hospital Ana Nery e outras instituições públicas de saúde no estado.

Exploração sexual de menor pode se tornar crime hediondo

Nova classificação extingue possibilidade de pagamento de fiança e impõe penas em regime fechado. Proposta segue para a Câmara

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que transforma em crime hediondo a exploração sexual de criança, adolescente e vulnerável. O PLS 243/2010 segue direto para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. A classificação como crime hediondo extingue possibilidade de pagamento de fiança e determina que as penas sejam cumpridas em regime fechado e com tempo maior para a progressão de regime.

O relator do projeto, Magno Malta (PR-ES), elogiou a iniciativa do autor, Alfredo Nascimento (PR-AM), por considerar a exploração sexual de menores uma grave violação dos direitos humanos, que muitas vezes leva à destruição de valores básicos das vítimas e ao favorecimento do ingresso na criminalidade.

Malta explica que a forma como esse crime é atualmente



Vital do Rêgo preside reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que aprovou o projeto terminativamente

tratado na legislação em vigor impede uma punição adequada, o que será possível com a inclusão do delito na Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990).

Em emenda, o relator incluiu o conceito de "vulnerável", ao lado de criança e adolescente,

como vítima de exploração sexual. O Código Penal classifica como vulnerável a pessoa "que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato".

Malta também sugeriu mudança para dar ao proje-

to o alcance que as demais legislações dão ao assunto. Conforme emenda aprovada na CCJ, será incluído no rol de crimes hediondos o "favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou de adolescente ou de vulnerável".

Malta comemora prisão de acusado de pedofilia

Magno Malta (PR-ES) comemorou a prisão de Adail Pinheiro, prefeito de Coari (AM), acusado de abuso sexual de crianças.

— Este país tinha que ter prisão perpétua para pedófilo e prisão perpétua para narcotraficante. Como esse nojento, tem outros processos dormindo nos tribunais. Acordem,

tribunais. O Conselho Nacional de Justiça precisa prestar atenção nesses processos nas mãos desses juízes e desembargadores que protegem pedófilos neste país — disse.

O senador contou que esteve na cidade amazonense, com a CPI da Pedofilia, e teve acesso a gravações de conversas telefônicas feitas pela Polícia

Federal a partir da quebra de sigilo. As informações obtidas comprovam que Adail Pinheiro estuprava crianças, algumas de apenas 8 anos.

Segundo Malta, os processos contra o ex-prefeito dormiam nas gavetas do Tribunal de Justiça do Amazonas e só tiveram andamento devido à cobertura da imprensa.



Senador condena processos que estão dormindo nos tribunais

Redução da maioria volta à pauta de comissão

A pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve incluir na pauta de quarta-feira as seis propostas de emenda à Constituição (PECs 20/1999, 90/2003, 74 e 83/2011, 33/2012 e 21/2013) que reduzem a maioria penal. O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), apresentou parecer favorável à PEC 33/2012, de Aloysio, e opinou pela rejeição das demais propostas.

A maioria penal atualmente em vigor está fixada em 18 anos. Com isso, menores não podem responder como adultos pela prática de crimes, sendo punidos apenas com medidas socioeducativas.

A PEC 33/2012 estabelece que jovens maiores de 16 anos poderão cumprir penas equivalentes às dos adultos em crimes como tortura, terrorismo, tráfico de drogas e os demais enquadrados como hediondos. A penalidade poderá ser imposta ainda em

casos de múltiplas repetições de lesão corporal grave ou roubo qualificado.

Maior rigor na punição do menor infrator só poderá ser pedido, entretanto, pelo Ministério Público especializado em questões da infância e adolescência. A decisão sobre esses casos também caberá a juízes encarregados dos interesses de crianças e adolescentes.

A proposta de Aloysio recomenda que a pena seja cumprida em prisões especiais, sem contato com condenados

adultos. O jovem infrator terá que passar ainda por exames para atestar se tem ou não compreensão da gravidade do crime praticado.

Ao apresentar seu relatório à CCJ, no final de 2013, Ferraço explicou ter recomendado a aprovação da PEC 33/2012 por considerá-la "o caminho do meio" para punir adolescentes infratores com mais vigor. O relator admitiu temer que a redução da maioria penal para 13 anos, prevista em uma das propostas, possa levar ao

aliciamento de adolescentes cada vez mais novos por criminosos adultos.

O apoio de Ferraço à flexibilização da maioria penal está amparada na convicção de que o tema não pode ser considerado cláusula pétrea da Constituição federal. Posição divergente foi apresentada, entretanto, em voto em separado de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Na opinião do parlamentar, a Constituição veda emendas constitucionais destinadas a abolir direitos e garantias individuais. Ainda no entendimento de Randolfe, a imputabilidade penal é direito fundamental inserido na Carta de 1988 como cláusula pétrea, não sendo passível, portanto, de derrubada ou mudança. O voto em separado do senador pede a rejeição das seis PECs que estabelecem a redução da maioria penal com o argumento de serem inconstitucionais.



Romero Jucá (E), Pedro Taques, Eunício Oliveira e Aloysio Nunes na CCJ

PEC inclui redução das desigualdades raciais entre metas do país

A redução das desigualdades raciais pode se tornar um dos objetivos fundamentais do país. A proposta de emenda à Constituição (PEC 2/2003), aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segue para o Plenário e precisa ser aprovada em dois turnos para ser enviada à Câmara.

A PEC, que tem Paulo Paim (PT-RS) como primeiro signatário, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir o uso do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em ações de superação das desigualdades raciais.

Segundo a proposta, vários estudos mostram que as desigualdades raciais vitimam brasileiros afrodescendentes e, apesar disso, o combate a esse tipo de desigualdade não está na Constituição.

Para Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator, a PEC respeita a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU.

Prioridade para veículo de passageiro nas fiscalizações

A CCJ aprovou projeto que determina a prioridade dos veículos de passageiros nas fiscalizações em estradas, como as paradas obrigatórias para aferição do peso.

O PLS 244/2010 inclui no Código de Trânsito Brasileiro a precedência dos veículos de transporte coletivo de passageiro em relação aos de transporte de carga, como forma de atenuar o desconforto em caso de atraso ou de formação de fila.

Apresentada por Acir Gurgacz (PDT-RO), a proposta rejeita a hipótese de isentar ônibus da pesagem, por entender que transportadores inescrupulosos podem utilizar indevidamente esse tipo de "salvo-conduto".

O relator foi Alvaro Dias (PSDB-PR). A decisão da CCJ é terminativa, ou seja, a matéria seguirá para a Câmara, a não ser que um recurso a leve para Plenário.



Projeto de Gurgacz visa atenuar desconforto no transporte

Aprovadas regras para comissões de comerciários

Substitutivo aprovado estabelece que percentual de comissões pagas a empregado deve constar do contrato de trabalho a partir de negociação direta ou convenção coletiva. Texto segue para a Câmara

O PERCENTUAL DAS comissões pagas aos empregados do comércio deverá ser estipulado no próprio contrato de trabalho, a partir de negociação direta com o empregador ou, se mais benéfico, em decorrência de acordo ou convenção coletiva. A determinação está prevista em substitutivo a projeto (PLS 47/2013) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ainda de acordo com o texto aprovado, o valor deverá ser anotado na carteira de trabalho e será irredutível, salvo por acordo ou convenção coletiva.

O texto alternativo foi sugerido por Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto de autoria de Ruben Figueiró (PSDB-MS). A proposta original fixa em pelo menos 4% o percentual de comissão sobre as vendas, mas Paim concluiu que não seria recomendável definir um percentual uniforme, em razão da diversidade de porte das empresas e considerando o impacto sobre a atividade empresarial.

Contudo, depois de solicitações de entidades patronais e dos trabalhadores, Paim modificou o relatório, inclusive para



Waldemir Moka preside sessão da CAS que aprovou regulamento para comerciários

abrir possibilidade de eventual redução do percentual, mas apenas por meio de acordo ou convenção coletiva.

— É uma proposta mais light, porém mais ampla, já que todas as partes entenderam que fazer um tratado de procedimento seria mais palatável para todos — comentou Paim.

A análise da matéria é terminativa na CAS. Se não houver recurso para votação em Plenário, vai direto para a Câmara.

Piso

Paim apresentou outros aperfeiçoamentos ao projeto, inclusive para determinar que a remuneração mensal do comissionado seja no mínimo igual

ao piso da categoria. Anteriormente, Paim havia previsto um adicional de 20%, além do piso. Para os comissionados que já recebem o piso mais comissões, essa regra nada muda. Porém, faz toda diferença para aqueles que recebem apenas comissão e que têm os ganhos reduzidos a valor irrisório quando as vendas são muito fracas.

O substitutivo também prevê que todos os valores recebidos a título de comissão deverão integrar a remuneração do trabalhador para todos os efeitos. Essa integração observará a média dos valores recebidos nos últimos 6 ou 12 meses, prevalecendo a maior média apurada.

Projeto garante a aposentados ganho real acima do piso

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao PLS 159/2013, de Mário Couto (PSDB-PA), que mantém pelo menos até 2021 a política de reajuste do salário mínimo, com ganho real aos aposentados que recebem acima desse piso. O texto segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A fórmula sugerida por Paim corrige as aposentadorias pela média do crescimento da massa salarial, um valor próximo à variação do PIB do ano anterior.

Operador de telemarketing poderá ter jornada de seis horas

A jornada de trabalho dos operadores de telemarketing poderá ser limitada a 6 horas por dia, totalizando 36 horas semanais. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo de Gim (PTB-DF) a projeto de lei da Câmara (PLC 56/2009) estabelecendo as condições de trabalho da categoria na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e propondo uma lei específica para regulamentar a atividade.

Na quarta-feira, o substitutivo vai passar por turno suplementar de votação na CCJ.

Análise de adicional por tempo de serviço é adiada

Projeto que cria adicional por tempo de serviço em favor de empregados com salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos (PLS 63/2012) foi retirado da pauta da CAS. O pedido foi do relator, Paulo Paim (PT-RS), que mencionou acordo com o governo.

Contrário à proposta, Armando Monteiro (PTB-PE) alega que o projeto incentiva a substituição de empregados antigos.

Congresso recebe manifestação contra tributos sobre remédios

Mais de 2,6 milhões de assinaturas foram entregues ontem ao Congresso Nacional pela Frente Parlamentar Mista pela Desoneração de Medicamentos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu parte dos 203 deputados e 11 senadores integrantes da frente, que pede o fim dos impostos sobre remédios. Também participaram do encontro representantes das redes de farmácias.

Renan disse que a desoneração será priorizada no Senado. Ele lembrou que em 2013 o Plenário e comissões do Senado aprovaram uma agenda ligada à saúde, com projetos que agora tramitam na Câmara.

No Senado, um dos projetos que agrada a frente parlamentar é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/2011, de autoria de Paulo Bauer (PSDB-SC). Ela proíbe a instituição de tributos incidentes sobre o valor de medicamentos de uso humano, como Imposto

de Importação (II), IPI, ICMS, Cofins e PIS-Pasep.

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seguiu para o Plenário. Um requerimento, no entanto, devolveu a matéria à comissão para um estudo mais aprofundado.

Na opinião de Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da CCJ, o importante é dar celeridade aos projetos que tratam de desoneração. Como uma PEC tramita de forma mais lenta, ele não descarta a ideia de modificar a carga tributária aos poucos por meio de projetos de lei complementar ou de lei ordinária.

Ao justificar a PEC, Bauer apresentou dados que apontam o Brasil como líder mundial em pagamento de impostos sobre medicamentos de uso humano. Em média, 33,9% do valor cheio de um remédio corresponde a impostos. A média mundial, caso o Brasil não seja considerado na estatística, cai para 6,3%.



Presidente do Senado, Renan Calheiros recebe membros de frente parlamentar

Ministro da Saúde será chamado a falar sobre programas prioritários

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, será convidado para audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por iniciativa de Humberto Costa (PT-PE), para apresentar as prioridades da pasta.

A CAS também realizará debates sobre cotas para contratação de pessoas com deficiência em empresas e sobre a doença de Huntington, distúrbio hereditário que afeta a coordenação física e mental.

Segue para Câmara texto que muda nome do auxílio-doença

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo ao projeto (PLS 411/2013) que atribui nova denominação ao auxílio-doença, trocado para “auxílio por incapacidade laborativa”. A matéria seguirá para a Câmara. De acordo com a autora da proposta, Ana Amélia (PP-RS), trata-se apenas de uma adequação formal, sem qualquer alteração no benefício.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor (C) conduz a sessão que aprovou o projeto de lei

Avança criação de cadastro de obras com verba federal

Projeto que segue para votação final prevê que todos os dados fiquem disponíveis para a sociedade no Portal da Transparência do Senado. Intenção é conter desperdícios por má gestão ou corrupção

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem substitutivo a projeto que prevê um cadastro centralizado de informações sobre todas as obras de engenharia e serviços custeados com o orçamento do governo federal. A intenção do PLS 439/2009, de autoria do ex-senador Jefferson Praia, é conter os desperdícios ocasionados por corrupção ou má gestão. A proposta segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo texto, também devem constar do cadastro as obras executadas mediante convênios, contratos de repasse ou instrumentos semelhantes. Todos os dados estarão à disposição da sociedade no Portal da Transparência do Senado (www.senado.leg.br/transparencia).

O substitutivo de Jayme Campos (DEM-MT) inclui emendas sugeridas pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Apenas uma propõe alteração no mérito da proposta, retirando artigo que atribuía ao Ministério

do Planejamento o papel de regulamentar e implementar o cadastro. Formulada por Pedro Taques (PDT-MT), a emenda objetiva corrigir uma inconstitucionalidade, pois essa seria uma iniciativa de competência exclusiva do presidente da República.

Características

O cadastro deverá conter o número de identificação e coordenadas geográficas da obra ou do serviço; características como localização precisa, descrição e dimensões; o valor estimado, apurado com base nos orçamentos constantes do projeto básico; as datas de início e término da execução da obra ou do serviço, sempre atualizadas quando ocorrerem modificações; o programa de trabalho correspondente à alocação orçamentária de recursos federais; e a identificação das anotações de responsabilidade técnica de cada projeto, orçamento, execução e fiscalização do empreendimento. O texto também estabelece que o cadastro identifique cada obra física custeada pela União.

Somente quando uma etapa for concluída é que poderá ser paga a parcela financeira correspondente, de forma a dar ao administrador uma visão mais objetiva do custo e do avanço das obras.

O relator cita dados do relatório de contas do governo de 2012, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), referente à execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco, cujo orçamento passou de R\$ 4 bilhões, em 2007, para R\$ 8,2 bilhões, em 2012, com grande atraso na conclusão, prevista para este ano e postergada para 2015. Ele afirma que o controle deficiente foi decisivo para o aumento dos custos.

— Tomando o exemplo do PAC, é notória a falta de parâmetros objetivos de controle de execução e de custos. Isso em um programa que abrange a maior parte das obras do governo em andamento e que, segundo o já citado relatório, totalizará recursos de R\$ 162,5 bilhões, até 2014, sem contar os financiamentos ao setor privado e a participação das estatais — disse Jayme.

Sai de pauta projeto sobre transparência no reajuste de tarifas

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), retirou da pauta de ontem o projeto que facilita o controle da população sobre a composição das tarifas do transporte coletivo. O motivo foi a ausência do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), e de Acir Gurgacz (PDT-RO), autor de voto em separado para que toda gratuidade seja custeada com recursos financeiros específicos estabelecidos em lei.

Pelo PLC 50/2013, o poder público será obrigado a divulgar os dados que norteiam as mudanças de tarifas do transporte coletivo. Aprovada na CI, a proposta vai ao Plenário.

Requião exige instalação da CPI do Transporte

Roberto Requião (PMDB-PR) ameaçou ontem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso a Presidência do Senado não tome providências para instalar uma CPI que investigue irregularidades no serviço de transporte público. Segundo o senador, o requerimento de criação, lido em dezembro de 2013, ainda precisa ser numerado, o que não foi feito até hoje. Além disso, os partidos não indicaram representantes para a comissão. Isso vai contra o Regimento Interno do Senado, acrescentou Requião.

De acordo com o senador, o governo está pressionando a Mesa do Senado, por meio de subterfúgios constitucionais e regimentais, para que a CPI não seja instalada.



Governo pressiona para que a CPI não seja instalada, afirma Requião

— Não há cabimento que, diante do clamor das massas, o Senado, através de alguns dos seus representantes e o próprio governo, se mobilize para que

Comissão fará Fórum Nacional de Infraestrutura em março

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), anunciou ontem a realização do Fórum Nacional de Infraestrutura, nos dias 27 e 28 de março. Promovido pela comissão, o evento terá a abertura no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

Segundo Collor, o objetivo do fórum é agregar os estudos já feitos pela CI no biênio 2009-2010 e em 2013 e buscar inseri-los nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento. Além disso, a comissão pretende criar novo espaço de mobilização periódica dos principais especialistas sobre a infraestrutura e reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações do governo.

Devem participar do fórum, além dos integrantes da comissão, especialistas em infraestrutura, parlamentares, consultores e interessados no tema. De acordo com o senador, os

especialistas serão escolhidos, de preferência, dentre os palestrantes dos ciclos de audiências promovidas pela CI em 2013. Entre os convidados especiais, estarão os titulares dos ministérios relacionados aos setores da infraestrutura, como Casa Civil, Transportes, Minas e Energia, Cidades, Planejamento e Integração Nacional. Collor explicou que as mesas-redondas serão divididas de acordo com os seguintes setores: transporte de cargas, transporte de passageiros, energia elétrica, combustíveis, mineração, telecomunicações, saneamento, abastecimento e irrigação.

Os cidadãos poderão enviar os questionamentos aos especialistas durante os trabalhos das mesas-redondas do fórum pelo Alô Senado (telefone 0800 612211), pelo endereço www.senado.leg.br/alosenado ou pelos perfis do Alô Senado no Facebook ou no Twitter @alosenado.

Subcomissão de Desenvolvimento Urbano visitará 11 capitais

A Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano aprovou ontem requerimentos de Inácio Arruda (PCdoB-CE) para visita a 11



Inácio Arruda

capitais, debate sobre os desafios da reforma urbana do Brasil e participação de comitiva no 7º Fórum Mundial Urbano, na Colômbia, em abril.

Os integrantes visitarão cidades e regiões metropolitanas de Curitiba, Belo

Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém, Natal, Salvador, Fortaleza, São Paulo e Goiânia.

Para a audiência que debaterá o Estatuto da Cidade e a forma urbana, devem ser convidados prefeitos, vereadores, empresários da construção civil, arquitetos, urbanistas e geógrafos. As iniciativas da subcomissão, ressaltou o senador, visam identificar os desafios da questão urbana e romper gargalos.

Projeto do Executivo que troca IGP-DI pelo IPCA, reduzindo encargos, deverá passar por dois colegiados antes de voltar ao Plenário. Governo pediu adiamento da decisão devido à conjuntura econômica mundial



Relator do projeto, Luiz Henrique pediu que as emendas de Randolfe sejam votadas na CCJ na quarta-feira

Dívidas de estados voltam à pauta de comissão dia 19

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) deverá votar no dia 19 as emendas que Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou em Plenário ao projeto de lei da Câmara (PLC 99/2013) que reduz encargos das dívidas de estados e municípios. O pedido foi feito ontem pelo relator da proposta, Luiz Henrique (PMDB-SC), e acolhido pelo presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Luiz Henrique afirmou que a intenção é assegurar a votação do relatório sobre as emendas na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do dia 25. Com isso, o projeto estará em condições para retornar ao Plenário. O Senado adiou a votação da proposta depois que o ministro da Fazenda,

Guido Mantega, ponderou a líderes partidários que a atual conjuntura econômica mundial não favorece a aprovação da proposta, devido ao impacto nas contas do governo.

O projeto sobre as dívidas dos estados foi apresentado pelo próprio Executivo e começou a tramitar na Câmara no início de 2013, sendo aprovado em 23 de outubro. O texto original previa a troca do indexador dessas dívidas, do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%. Também fixava como limite para a cobrança de encargos a taxa Selic — prevaleceria o menor valor.

Na Câmara, o projeto foi alterado para prever descontos nos estoques das dívidas equivalentes à diferença entre o saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado com a aplicação da variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos.

Durante a reunião de ontem na CCJ, Luiz Henrique, que é vice-presidente da CAE e relator do projeto também nessa comissão, disse que havia proposto uma reunião conjunta. Entretanto, acrescentou, houve ponderação de vários senadores no sentido de que fossem realizados separadamente os exames de constitucionalidade (a cargo da CCJ) e de mérito da proposta (pela CAE).

Ana Amélia defende abertura do setor elétrico a estrangeiros

Ana Amélia (PP-RS) advertiu que, para evitar apagões e garantir energia mais barata, o Brasil precisa abrir o mercado elétrico para outros países. A senadora acredita que a concorrência poderá garantir energia mais barata.



Pedro França/Agência Senado

Ana Amélia disse que, diante do aumento do consumo de energia, dos apagões e da falta de chuvas, o preço da energia deverá subir. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já propôs um aumento de 4,6% para cobrir o déficit na chamada Conta de Desenvolvimento Energético.

Segundo a senadora, o país também precisa combater o desperdício de energia, que hoje é muito grande, bem como o roubo de eletricidade, feito nas cidades por meio dos denominados gatos. Ela também considera essencial que o país invista em outros tipos de energia, para não depender tanto das hidrelétricas.

Inácio pede votação de projetos sobre equilíbrio fiscal

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) lamentou, na terça-feira, a dificuldade imposta por alguns parlamentares para a votação de propostas que, na avaliação dele, trariam um maior equilíbrio fiscal entre os estados e propiciariam o desenvolvimento de várias regiões.

Inácio destacou duas propostas que precisam ser aprovadas para atingir esses objetivos: o PLC 99/2013, que muda o indexador da dívida dos estados e municípios, e a PEC 103/2011, atualmente na Câmara dos Deputados, que prevê a distribuição do ICMS gerado pelo comércio eletrônico.

O senador explicou que a votação do PLC 99/2013 foi adiada porque estava condicionada à aprovação da PEC do Comércio Eletrônico.

Inácio criticou a demora da Câmara para votação da PEC e pediu aos deputados que deliberem a respeito da proposta.

Senador recomenda perseverança a prefeitos do país

Ivo Cassol (PP-RO) registrou a presença de prefeitos rondonienses no Plenário do Senado na terça-feira e os aconselhou a perseverar no exercício das funções, buscando sempre o bem público, mesmo diante do elevado grau de descrédito que os políticos enfrentam na sociedade brasileira.

O parlamentar afirmou que os prefeitos, em todas as regiões do país, estão submetidos a fortes pressões, sobretudo pela ação de membros do Ministério Público, os quais interferem exageradamente nas administrações.

— Os políticos são tratados como vagabundos, preguiçosos, incompetentes e corruptos, quando, na verdade, temos desonestos e corruptos em todas as áreas — lamentou o senador.

Cassol assinalou que “aqueles que pisarem na bola” terão que ser punidos na forma da lei.

— O que nós não podemos é desestimular os prefeitos, visto que cinco deles já renunciaram — disse o senador.

Pinheiro prevê debate acalorado sobre novas regras tributárias

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator da medida provisória (MP 627/2013) que altera as legislações tributária e contábil, vai apresentar as linhas gerais do relatório no dia 19. A data foi marcada ontem, na primeira reunião da comissão mista que avalia a proposta do governo.

Presidente da comissão mista, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) admitiu que não haverá consenso sobre a MP, mas acredita que a comissão consiga votar em março.

— Vamos ter discussão, debate acalorado. Não vamos ter consenso nem na comissão nem no plenário. Vamos a voto. Esse é meu sentimento.

O texto afeta diferentes segmentos da economia e já recebeu 513 emendas. Após o relatório, a comissão mista fará duas audiências públicas, nos dias 20 e 26, com a participação de tributaristas e representantes da Receita Federal, do Ministério da

Fazenda, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A MP 627 estabelece condições mais atraentes para que bancos, seguradoras e multinacionais entrem no Programa de Recuperação Fiscal (Refis); promove mudanças na tributação sobre os lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil em países estrangeiros; uniformiza parte da legislação contábil e fiscal com normas internacionais; e altera a tributação de empresas brasileiras com filiais no exterior, ponto que, para o relator, é um dos mais polêmicos. Ele avisou que pretende ampliar de cinco para oito anos o prazo para que as multinacionais brasileiras paguem o Imposto de Renda sobre os lucros resultantes das operações de afiliadas fora do país.

— Foi o acordo original do governo com as empresas.



Eduardo Cunha, relator da comissão mista, e Walter Pinheiro, presidente

Ivo Cassol comemora revogação de criação da Reserva Jaci-Paraná

Ivo Cassol (PP-RO) comemorou ontem decisão da Assembleia Legislativa de Rondônia que revogou, na terça-feira, decreto que criou a Reserva Extrativista Jaci-Paraná.

O senador afirmou que a decisão aliviou a situação de cerca de 1.200 famílias que moram no local há mais de 20 anos, trabalhando na produção de alimentos e na pecuária. A decisão da assembleia, disse o senador, irá evitar que essas pessoas sejam obrigadas a abandonar as terras para viverem em situação de miséria.

Cassol parabenizou os deputados estaduais de Rondônia pela iniciativa e pela coragem.

— Somos a favor de preservação. Vamos produzir e preservar, já que dá para fazer as duas coisas sem depredar nada — afirmou o parlamentar.

Casildo Maldaner critica descaso com patrimônio do Ibama

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou dos gestores do Ibama medidas para melhorar a fiscalização dos imóveis da entidade e punir os responsáveis pelo abandono do patrimônio do órgão.

Reportagem de TV divulgada nos últimos dias mostra que, em Salvador, por exemplo, por falta de manutenção em edifício próprio, o Ibama paga R\$ 55 mil por mês para alugar um prédio.

Levantamento preliminar da Controladoria-Geral da União revela que, dos 528 imóveis do Ibama, 100 estão fechados e mais de 65% têm problemas em registros legais, citou o senador.

De acordo com o parlamentar, é inexplicável que um órgão fiscalizador como o Ibama, que cuida do patrimônio natural do país, não seja capaz de fazer a manutenção e verificar o uso adequado das próprias instalações.